

## Pesquisa Datafolha revela que população é favorável à adoção de embalagens padronizadas e aumento de impostos de cigarros

A Aliança de Controle do Tabagismo e Saúde - ACT+ está com uma nova pesquisa de opinião pública, encomendada ao Instituto Datafolha, na qual verifica que 65% da população brasileira apoiam a adoção de embalagens padronizadas de cigarros. A medida visa reduzir a atratividade e o apelo dos produtos de tabaco e aumentar a efetividade e a visualização das advertências sanitárias. Outro ponto medido na pesquisa foi o apoio da população ao aumento de impostos de produtos de tabaco, que chega a 75%.

A pesquisa também mostrou que a proibição da propaganda em pontos de venda (PDVs) é apoiada por 76%; e a proibição da exposição de maços de cigarros nos PDVs, por 73%.

A ACT+ apoia o projeto de lei 1744/2015, em tramitação na Câmara dos Deputados, que prevê a padronização das embalagens de produtos de tabaco. Se aprovado, fará com que as embalagens dos produtos de tabaco passem a ser iguais, padronizadas na forma, tamanho, modo de abertura, cor, fonte, livre de design, logotipos e de qualquer texto promocional, diferenciando-se uma das outras apenas pela marca e o nome do produto.

Como a lei atual permite a exposição dos produtos de tabaco nos pontos de venda, as embalagens ficam expostas ao lado de doces, chocolates, balas e até brinquedos, atraindo a atenção de crianças e adolescentes.

*“A lei que proibiu a publicidade nos pontos de venda ficou com esta brecha de permitir a exibição dos maços e isto vem sendo muito explorado pelas empresas de fumo, por meio de embalagens atraentes colocadas em grandes expositores. A embalagem padronizada reduz a atratividade ao produto, o que contribui para a prevenção ao tabagismo”, diz Mônica Andreis, vice-diretora da ACT+.*

De acordo com relatório de 14 países latino-americanos, do qual o Brasil participou, a exibição de produtos de tabaco em pontos de venda é uma forma de publicidade. Intitulada *Crianças e jovens na mira da indústria do tabaco*, a análise conta com a contribuição da publicitária Regina Blessa, especialista em marketing e varejo. Ela mostra que o ponto de venda (PDV) é considerado pela indústria do tabaco como um importante canal de comunicação para manter o contato com os consumidores e gerar novos clientes. Desta forma, a publicidade nesses locais representa um forte estímulo para a iniciação ao tabagismo. Para mais informações: [http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1027\\_crianças-SUS.pdf](http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1027_crianças-SUS.pdf)

### AUMENTO DE IMPOSTOS E PROTOCOLO DO MERCADO ILÍCITO

O Brasil aplicou uma série anual de aumentos de impostos de tabaco, desde 2012, e atualmente tem a mais baixa taxa de fumantes adultos já registrada: 14.7%. Com isso, as fortes políticas de controle do tabaco no Brasil reduziram a prevalência, ao mesmo tempo em que aumentaram a arrecadação fiscal por tabaco, ainda que com a presença de um mercado ilícito de tabaco.

De acordo com Mônica Andreis, o país precisa continuar com essa política de aumento de preços de impostos de cigarros, para reduzir ainda mais a prevalência. “Aumento de impostos de produtos de

tabaco é uma medida comprovadamente eficaz, e está de acordo com as diretrizes previstas pela Convenção Quadro”.

Outra medida de controle do tabaco que conta com o apoio da ACT+ é a ratificação do Protocolo para Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, aprovado e assinado pelo Brasil ao lado de mais 53 países, em novembro de 2012, durante a realização da 5ª Conferência das Partes (COP5) da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Em novembro, fará três anos da assinatura deste tratado que, por não ter sido ainda ratificado, não foi colocado em prática.

A ACT+ entende que contrabando de cigarros é uma questão de polícia e de saúde pública, pois cigarros ilegais não respeitam a regulamentação, são vendidos livremente, são muito baratos, sem advertências sanitárias e ainda facilitam o acesso do jovem e dos mais pobres ao tabagismo. O comércio ilegal leva ainda à redução da arrecadação de impostos e ao aumento da violência e do crime organizado.

Informações adicionais  
Anna Monteiro  
Diretora de Comunicação  
21-3311-5640 21-99718-2349  
anna.monteiro@actbr.org.br